

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 389.812 - SP (2013/0291538-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**EMBARGANTE : AILTON LEME SILVA**  
**ADVOGADO : AILTON LEME SILVA (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP092599**  
**EMBARGADO : EICHHI S/A INDUSTRIA METALURGICA**  
**ADVOGADOS : CONRADO JOSE DE PILLA - SP011521**  
**PIERRE SILIPRANDI BOZZO**  
**EMBARGADO : MERAK INDUSTRIA MECANICA LTDA**  
**ADVOGADOS : ELIR PANIZA ABIB - SP054571**  
**ADID ABIB JÚNIOR - SP018102**  
**INTERES. : OSWALDO PICCHI**  
**ADVOGADO : GERALDO AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR - SP126870**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração, opostos por AILTON LEME SILVA, em face de decisão monocrática da lavra deste signatário (fls. 4845/4849, e-STJ), a qual negou provimento ao reclamo

Na razões dos presentes embargos de declaração, o insurgente alega a existência de contradição no *decisum* sustentando: "*o que pretende agora o Embargante através dos presentes embargos de declaração é demonstrar que a prova não pode ser revista perante este Tribunal, mas há casos em que a sua reavaliação é perfeitamente possível, como já se manifestou diversas vezes esta Corte, especialmente quando os fatos são incontroversos*".

Sem impugnação, conforme certidão de fl. 4867, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

Sem razão os embargantes, impondo-se a rejeição do recurso.

1. Com efeito, inexistente, no caso, qualquer mácula a ser sanada por meio da oposição de embargos de declaração. Consoante se depreende do artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os aclaratórios apenas são cabíveis quando constar, na decisão embargada, obscuridade, contradição ou omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado, bem como na hipótese de erro material. Não se revelando, por conseguinte, meio processual adequado para análise da irresignação da parte que ficou insatisfeita com o resultado do julgamento que lhe foi desfavorável.

Na presente hipótese, o *decisum* embargado contém fundamentação suficiente para justificar o não provimento do apelo.

Não se vislumbra, portanto, quaisquer das máculas do art. 1.022 do NCPC na decisão hostilizada, cuidando-se o presente reclamo de mera irresignação da parte quanto à solução adotada, o que resta vedado na estreita via recursal sob foco.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO

(ART. 535 DO CPC) OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. INCOMPATIBILIDADE. NATUREZA INTEGRATIVA DO RECURSO. EMBARGOS REJEITADOS.

**1. Os embargos de declaração são inviáveis se a parte não demonstra**

**a ocorrência de obscuridade, contradição ou omissão, a teor das disposições do art. 535 do CPC, ou ainda erro material no julgado.**

(...)

**3. Quando a parte, a pretexto de sanar supostos vícios no *decisum* questionado, tem por objetivo promover o reexame de matéria já decidida, evidencia-se seu inconformismo com o resultado do julgamento da causa, o que não justifica o manuseio dos embargos de declaração, que, servindo para esclarecer ou aprimorar a decisão, não se prestam ao simples propósito de sua modificação, o que é incompatível com a natureza integrativa desse recurso.**

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no REsp 1428903/PE, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA ESPECIAL, julgado em 17/03/2015, DJe 29/03/2016) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. NÃO CONFIGURAÇÃO. JULGADO FUNDADO NA ANÁLISE DE FATOS E PROVAS. NOVO REJULGAMENTO DA CAUSA EM RESCISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. AÇÃO DE ÍNDOLE RESTRITA. DECISÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

**1. Os embargos de declaração não se prestam para sanar o inconformismo da parte com o resultado desfavorável no julgamento ou para rediscutir matéria já decidida. Logo, o seu não acolhimento, quando manejados nesses termos, não acarreta ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil.**

(...)

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 450787/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/04/2014, DJe 26/05/2014) [grifou-se]

**2. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator